

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001919/2022
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/08/2022
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR042706/2022
 NÚMERO DO PROCESSO: 13041.111318/2022-02
 DATA DO PROTOCOLO: 26/08/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE PETROPOLIS, CNPJ n. 31.169.840/0001-06, neste ato representado(a) por seu ;
 E

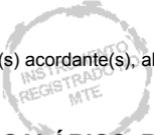
SIND DOS TRAB NAS IND DA CONSTR E DO MOB DE PETROPOLIS, CNPJ n. 31.169.329/0001-04, neste ato representado(a) por seu ;
 celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e a data-base da categoria em 01º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) dos trabalhadores nas industriais da construção Petrópolis/RJ.



SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - REVITALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS NORMATIVOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

JULHO/2022 A OUTUBRO/2022

PESSOAL DE OBRA

FUNÇÃO/SALÁRIOS

P/MÊS P/HORA BASE

MESTRE DE OBRA	
ENC.DE OBRA	
ENC.DE SONDAGEM	
ENC.DE TURMA/SONDADOR A	
PROFISSIONAIS GRUPO 1	
Carpinteiro de esquadria, Carpinteiro de telhado, Eletricista, Gasista, Bombeiro hidráulico, Ladrilheiro, Pastilheiro, Pedreiro refratário, Montador de torre de elevador, Sondador B e Motorista.	
PROFISSIONAIS GRUPO 2	
Pedreiro, Armador, Carpinteiro de forma, Carpinteiro serrador, Gesseiro, Guincheiro, Impermeabilizador, Marteleiro, Pintor, Operador de policorte, Apontador, Almoxarife, Ajudante de Sondagem A, Operador de Máquinas e demais profissionais	
1/2 OFICIAL/AJUDANTE DE SONDAGEM B/OPERADOR DE BETONEIRA	
ARTESÃO DE ARTEFATOS DE GESSO	
SERVENTE/VIGIA/AJUDANTE DE SONDAGEM C E AJUDANTE DE ARTEFATOS DE GESSO	

NOVEMBRO/2022 A JUNHO/2023

PESSOAL DE OBRA

FUNÇÃO/SALÁRIOS

P/MÊS P/

MESTRE DE OBRA	4
ENC.DE OBRA	3
ENC.DE SONDAGEM	2
ENC.DE TURMA/SONDADOR A	2
PROFISSIONAIS GRUPO 1	
Carpinteiro de esquadria, Carpinteiro de telhado, Eletricista, Gasista, Bombeiro hidráulico, Ladrilheiro, Pastilheiro, Pedreiro refratário, Montador de torre de elevador, Sondador B e Motorista.	2
PROFISSIONAIS GRUPO 2	
	2

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**CLÁUSULA QUINTA - VALE QUINZENAL**

As empresas que pagam salário mensalmente concederão quinzenalmente adiantamento em forma de vale, de no mínimo 40% (quarenta por cento) que deverá ser pago até o dia 20(vinte) de cada mês.

PARÁGRAFO ÚNICO: No mês de admissão, fica a empresa desobrigada a pagar o adiantamento de 40%, podendo entrar com antecipação salarial.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas efetuarão os pagamentos dos salários de seus colaboradores durante o expediente normal de trabalho, as horas de jornada de trabalho, serão pagas como extras, desde que ultrapasse uma hora, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado perante o Sindicato dos Trabalhadores, no prazo de 24 horas, após a data do pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - TRABALHO POR PRODUÇÃO

Aos colaboradores que recebem remuneração por produção fica assegurada a percepção do salário contratual registrado em carteira, quando por culpa do empregador, for impedida a execução da tarefa.

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus colaboradores, comprovante de pagamento em envelopes timbrados ou carimbados, indicando a natureza e os valores das diferentes importâncias pagas, bem como os descontos efetuados para o INSS, IR, e outros contratados, das parcelas referentes ao FGTS.

CLÁUSULA NONA - PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos mensais serão efetuados até o quinto dia útil do mês subsequente, devendo ser considerado para contagem de dias úteis. Sábado, domingo e feriado não serão considerados como dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DE SALÁRIO COM CHEQUE OU CONTA-SALÁRIO

Quando o pagamento for feito ao colaborador mediante cheque, as empresas estabelecerão condições e meios para que o colaborador receba o mesmo dia em que for efetuado o pagamento, à exceção de depósito direto na conta do colaborador e/ou com fornecimento de cartão de crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIA DO COLABORADOR DA CONSTRUÇÃO, MONTAGEM INDUSTRIAL, CERAMISTA E MOBILIÁRIO

Fica determinado através deste instrumento de convenção que, a terceira segunda-feira do mês de outubro (17/10/2022) do presente ano, será obrigatório a paralisação das obras, fábricas, oficinas e dos escritórios das empresas com folga remunerada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL

As empresas se comprometem a abonar a terça-feira de carnaval dos seus colaboradores, sem prejuízo de salários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FERIADOS: TERÇA E QUINTA-FEIRA

Quando os feriados ocorrerem durante os dias úteis da semana, terças e quintas-feiras, as empresas a seu critério poderão compensar com sexta-feira nos sábados anteriores a tais feriados ou nos próprios dias úteis anteriores. Os sábados ou as horas trabalhadas serão considerados como horas extras para qualquer fim.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FERIADOS AOS SÁBADOS

Tendo em vista que no período de duração desta CONVENÇÃO COLETIVA, que o número de feriados aos sábados é em muito maior do que ocorrem em dias úteis da semana. Fica desde já quitado e ajustado que não haverá reduções nos horários de trabalho e/ou dos horários relativos aos feriados que incidirem nos sábados por parte das empresas, nem a compensação e/ou o desconto de horas que incidirem nos dias úteis da semana por parte dos colaboradores.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS BENEFÍCIOS
ADICIONAL DE HORA-EXTRA**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS**

50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras horas extras na jornada diária inclusive nos sábados, 100% (cem por cento) para as horas subsequentes.

ADICIONAL NOTURNO**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho prestado no horário de 22:00 às 05:00 horas, será remunerado com adicional de 25%(vinte e cinco por cento).

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE**

Conforme legislação pertinente.

OUTROS ADICIONAIS**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSIDUIDADE**

Ajustam as partes que a partir de 01 de julho de 2022, os colaboradores que não tiverem faltas ou atrasos, justificadas ou não prêmio por assiduidade de 6%(seis por cento) sobre o piso normativo, a ser pago mensalmente.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO**

Quando da realização de obras neste Município, as empresas estabelecidas fora do Município de Petrópolis ficarão obrigadas a fornecer aos seus colaboradores, inclusive os alojados, café da manhã e refeição, enquanto os mesmos estiverem prestando serviços no canteiro de obras, úteis ou não. A não observância do ato estabelecido acarretará em multa de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) ou um ticket (vinte e cinco reais) por dia comprovadamente trabalhado pelo colaborador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecimento de alimentação no canteiro de obras, ou ajuda de custo diário, serão subsidiadas em valor, podendo se beneficiar de incentivos fiscais previstos na lei federal nº 6.321/76, desde que atendidas as normas do Trabalhador-PAT. A concessão do presente benefício não terá natureza salarial e não se integrará à remuneração do colaborador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CAFÉ DA MANHÃ DIÁRIO

É facultativo à empresa e ao sub-empregado o fornecimento de café da manhã.

AUXÍLIO TRANSPORTE**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO TRANSPORTE**

As empresas fornecerão gratuitamente, aos seus colaboradores os vales transporte ou (setranscard) sem qualquer desconto em salários diretos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE TRANSPORTE

Os colaboradores contratados em outro Estado e que tenham tido suas passagens de vinda pagas pelo empregador, terão garantido o retorno às suas cidades de origem quando da rescisão de seu contrato de trabalho, sempre que esta ocorrer por iniciativa do empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALE COMBUSTÍVEL

A empresa poderá, a seu critério, reembolsar o combustível gasto pelo colaborador que desejar utilizar veículo próprio, mediante apresentação de nota fiscal, limitado ao valor a que faria jus a título de vale-transporte. Essa indenização dos custos não possui natureza salarial.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ESTÍMULO A EDUCAÇÃO**

A título de estímulo a educação, as empresas com mais de 10 (dez) colaboradores deverão contribuir com o valor de 280,00 (duzentos e oitenta reais) para a compra e distribuição de materiais escolares. Será facultado às Empresas o fornecimento dos materiais escolares, na mesma quantidade, para serem apresentados no ato da entrega no Sindicato dos Trabalhadores à respectiva nota fiscal, até o dia 16 de janeiro de 2023.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DESPESA DE FUNERAIS**

Na hipótese de morte de colaborador em virtude de acidente de trabalho, ocorrido no canteiro de obras as empresas se responsabilizarão pelo decorrente do enterro e demais despesas pertinentes ao mesmo, pagáveis a empresa funerária que tiver realizado o funeral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa pagará a título de auxílio funeral juntamente com o saldo de salários ou outras verbas quantia correspondente a 2 (dois) salários mínimos federais vigentes na data do falecimento;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a empresa tenha um plano de seguro de vida em grupo, por ela inteiramente custeado fica dispensada a empresa de pagar o auxílio funeral.

SEGURO DE VIDA**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE SEGURO**

A critério, as empresas poderão oferecer um plano de seguro em grupo a seus colaboradores, cobrindo acidentes pessoais, natural ou acidental.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores, em razão de estipularem tal seguro em favor de seus colaboradores, estarão em débito com o INSS a dedução compatível a tal benefício, ou respectivo ressarcimento.

OUTROS AUXÍLIOS**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONVÊNIOS COM FARMÁCIAS**

Toda empresa com mais de 20 (vinte) colaboradores deverá fazer convênio com farmácias para beneficiar os colaboradores, de mais de três meses de contrato de trabalho e que a compra não ultrapasse a 30% (trinta por cento) do salário, sendo a refeição fornecida pela empresa em folha de pagamento, desde que, devidamente comprovada com apresentação da receita médica.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES E NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ADMISSÃO E PROPORCIONALIDADE**

Os colaboradores admitidos com menos de 12 (doze) meses de serviço na empresa terão o aumento ajustado na data base de acordo com a proporção dos índices inflacionários, mês a mês, desde que, não venha a ultrapassar os salários dos colaboradores na mesma categoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O período máximo dos contratos de experiência será de 90 (noventa) dias, podendo o mesmo ser dividido em 02 (dois) períodos. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para as empresas com sede fora do Município de Petrópolis, o contrato será no máximo de 60 (sessenta) dias, podendo ser dividido em 02 (dois) períodos iguais, com o contrato de experiência de no mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRATO TEMPORÁRIO

O período máximo dos contratos temporários será de 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 6019/74, para as empresas com sede no Município de Petrópolis. PARÁGRAFO ÚNICO: Para as empresas com sede fora do Município de Petrópolis, o contrato será no máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIDAS DISCIPLINARES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituem motivo para advertência:

- a) A reincidência no atraso e/ou na falta, ao serviço, injustificados;
- b) A não obediência a uma ordem superior;
- c) Ingerir bebida alcoólica durante a jornada de trabalho;
- d) Se retirar do local do trabalho sem prévia autorização do superior;
- e) O uso inadequado de máquinas, ferramentas e equipamentos;
- f) O apontamento inverídico do horário trabalhado;
- g) O não cumprimento de horário e da jornada estabelecida na CONVENÇÃO;
- h) O tratamento a colegas e superiores de forma grosseira e/ou com o uso de palavras de baixo calão;
- i) A não observância das medidas e uso dos equipamentos de segurança;
- j) O uso de celular em locais considerados em andaimes, balancins, escadas e/ou em locais considerados inseguros durante a jornada;
- k) "e outras previstas em Lei"

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem motivos para suspensão:

- a) A reincidência de quaisquer motivos elencados no parágrafo anterior;
- b) A suspensão poderá ser de um a três dias dependendo da intensidade e gravidade da falta cometida.
- c) "e outras previstas em Lei"

PARÁGRAFO TERCEIRO: Constituem motivos para a justa causa:

- a) A reincidência por mais de uma vez de faltas que justificarem uma suspensão.
- b) O previsto no Artigo 482 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO AO INSS

As empresas obrigam-se a fornecer a seus colaboradores, por ocasião da rescisão contratual, a relação dos salários de contribuição de cada período contratual.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA SUB-EMPREENHEIRA

Nos contratos celebrados, por terceirização, com sub-empresas, estas deverão ser pessoas jurídicas, legalmente habilitadas, responder por sua inadimplência para com seus colaboradores.

PARÁGRAFO ÚNICO: À empresa principal, não obstante a decisão do foro trabalhista, fica ressalvado seu direito de ação de indenização de valores, em fase da sub-empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CARTA DE REFERÊNCIA

As empresas ficam obrigadas a fornecer aos seus colaboradores com mais de 12 (doze) meses de serviço, uma carta de referência de dispensa por justa causa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CARTEIRAS PROFISSIONAIS

As empresas deverão fazer as devidas anotações nas carteiras de trabalho de seus colaboradores, no que diz respeito as alterações salariais, férias, promoções e todas as demais exigidas por lei, não podendo reter a carteira do colaborador por mais e nem anotar na mesma os atestados médicos apresentados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Tanto no recebimento como na devolução da CTPS do colaborador, a empresa emitirá um recibo em di com o colaborador.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - RESCISÕES E HOMOLOGAÇÕES

As entidades representativas das categorias profissionais, de acordo com o Art. 477 e § 2º da CLT, tem como atribuição a comp assistência aos colaboradores, por ocasião das rescisões de contrato de trabalho, podendo, a seu critério, utilizarem-se de ressal divergências legais e normas coletivas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não comparecendo o colaborador no dia e hora determinados em seu aviso prévio para a homologaçã trabalho na sede do Sindicato dos Trabalhadores, a entidade profissional expedirá certidão assinada por seu representante e pe atestando o comparecimento da empresa e a ausência do colaborador no dia e hora aprazados;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O sindicato laboral se obriga a exigir no ato da homologação da rescisão, o comprovante de pagan assistencial negocial patronal, sob pena de pagamento de multa equivalente a 1 (uma) contribuição prevista na cláusula 64ª, pc pago pelo sindicato laboral ao patronal;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O sindicato laboral se obriga a entregar ao sindicato patronal, mensalmente, cópia de todas as rescisõ multa estabelecida no parágrafo segundo;

PARÁGRAFO QUARTO: As empresas estabelecidas fora do Município de Petrópolis, quando da realização de obras neste homologar todas as suas rescisões no Sindicato Profissional, inclusive a rescisão do contrato de experiência e a contratar : colaboradores de Petrópolis;

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam as empresas obrigadas a apresentar os seguintes documentos no ato das homologações:

01 - Demonstrativo da média de horas extras (quando houver)

02 - Rescisão do Contrato de Trabalho em 06 (seis) vias;

03 - Seguro Desemprego;

04 - Aviso Prévio em 03 (três) vias;

05 - Extrato atualizado do FGTS (original e cópia);

06 - GRFC (50% do FGTS) original e cópia;

07 - Exame Médico Demissional (original e cópia);

08 - Ficha ou Livro de Registro de Empregados (original e cópia);

09 - Carteira Profissional Atualizada;

10 - Comprovante de Faltas (folhas de Pagamento e/ou Extratos) Se houver.

11- Contrato de Constituição da Empresa, Última Alteração Contratual e a Alteração que estabelece a responsabilidade dos sócio PARÁGRAFO SEXTO: As rescisões de contrato dos colaboradores, abrangido por este acordo, só serão homologadas no sindica término do contrato de experiência de 90 (noventa) dias;

PARÁGRAFO SÉTIMO: As empresas não associadas ao SINDUSCON, ou aquelas que estejam com a Contribuição Negocial Pa Sindicato dos Trabalhadores, no ato da homologação, a taxa de R\$ 100,00 (cem reais) por cada rescisão, sendo que o valor arre proporção de 50% (cinquenta por cento) para o Sindicato dos Trabalhadores e 50% (cinquenta por cento) para o Sindicato Patron

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO DO EMPREGADOR

LEI Nº 12.506 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.

Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto- 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos colaboradores que contém até 1 (um) ano de serviço na mesma empre

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DEFICIENTE FÍSICO

Do acesso ao trabalho, para o Portador de Deficiência

Lei 8.213/91 Art.93. A empresa com 100 (cem) ou mais colaboradores está obrigada a preencher de 2 (dois) a 5% (cinco por cen beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- a) – Até 200 colaboradores, 2% (dois por cento);
- b) – De 201 a 500 colaboradores, 3% (três por cento);
- c) – De 501 a 1000 colaboradores, 4% (quatro por cento);
- d) – De 1001 em diante, 5% (cinco por cento).

Legislação pertinente:

& 1º A dispensa de colaborador reabilitado ou deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (nc contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - GARANTIA DE PERMANÊNCIA NO ALOJAMENTO

O colaborador alojado na obra, ao ser dispensado terá a garantia de permanência no alojamento da empresa até o dia imediato rescisão contratual (desligamento).

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADE ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ESTABILIDADE PARA COLABORADORA GESTANTE

- De acordo com a lei.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE PARA O ALISTAMENTO MILITAR

- De acordo com a lei.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - APOSENTADORIA - EST. PROVISÓRIA

Aos colaboradores que possuam 10 (dez) ou mais anos de trabalho ininterruptos na mesma empresa, aos quais faltarem comprova para atingir o direito à aposentadoria pelo prazo mínimo da Previdência Social, será garantido o emprego e/ou salários durante os mencionados, esta estabilidade provisória e/ou salários, será garantido tão somente ao colaborador que não firme outro contrato. As vantagens desta cláusula o colaborador que cometer no período desta estabilidade, falta grave ou por ocorrência de falta de comparecimento à empresa empregadora.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - HORÁRIO DE TRABALHO

Fica estabelecido que o horário de entrada no trabalho será às 7:00 horas, intervalo para o almoço de 11:00 às 12:00 horas e saída às 16:00 horas e 16:00 horas às sextas-feiras. Entretanto, fica estabelecida variação de uma hora para mais ou para menos no almoço. Caso haja necessidade das empresas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Além do horário previsto acima, as empresas poderão optar pelos seguintes turnos diferenciados de fluxo dos colaboradores, principalmente nos horários de refeição, em seus canteiros de obras:

Entrada às 07:30 horas e saída às 17:30 horas, de segunda a quinta, e às 16:30 horas, na sexta;

Entrada às 08:00 horas e saída às 18:00 horas, de segunda a quinta, e às 17:00 horas, na sexta;

Entrada às 08:30 horas e saída às 18:30 horas, de segunda a quinta, e às 17:30 horas, na sexta;

Entrada às 09:00 horas e saída às 19:00 horas, de segunda a quinta, e às 18:00 horas, na sexta;

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de opção pelo turno diferenciado de trabalho, deverá ser respeitado o limite mínimo entre 11 e 14 horas diárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Excepcionalmente, no caso de necessidade imperiosa do serviço, para fazer face a motivos de força maior ou conclusão de serviços inadiáveis, cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, poderá ser adotado o horário de 22:00 às 06:00 horas, com o pagamento dos valores diferenciados conforme previsto em lei e respeitado o intervalo intrajornada, a comunicar ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção com antecedência mínima de 03 (três) dias o nome de todos os colaboradores neste turno;

PARÁGRAFO QUARTO - Excepcionalmente, no caso de necessidade imperiosa do serviço, para fazer face a motivos de força maior ou conclusão de serviços inadiáveis, cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, fica autorizada a empresa ininterrupto de revezamento com 04 (quatro) turnos de 6 horas ou 03 (três) turnos de 8 horas, respeitado o limite máximo diário e as empresas obrigadas a comunicar ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção com antecedência mínima de 03 (três) dias o nome de todos os colaboradores que vão trabalhar nestes turnos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho, será cumprida de segunda a sexta-feira, mediante a compensação de trabalho no sábado (sete horas e vinte minutos), obedecendo-se as seguintes condições:

04 (quatro) dias de 09 (nove) horas de trabalho cumpridos de segunda a quinta-feira e um dia de 08 (oito) horas cumprido na sexta-feira.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MARCAÇÃO DE PONTO

A jornada de trabalho será controlada por relógio de ponto, livro ou folha de ponto, podendo ser dispensada sua marcação no intervalo de trabalho facultada a Portaria Ministerial. Observando o artigo 71 e seus 4 parágrafos da CLT.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - LICENÇA REMUNERADA PARA RECEBER O PIS

Fica garantido o pagamento do dia em que o colaborador for receber o PIS fora da cidade, tendo o mesmo que comprovar a ausência (setenta e duas) horas de antecedência, e somente o período da tarde para o colaborador que receber o PIS na cidade de Porto Alegre, sendo possível o recebimento nas casas lotéricas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ABONO E FALTAS EM DIAS DE PROVAS

As empresas concederão abono remunerado de faltas, nos horários de provas dos colaboradores estudantes que comprova oficiais ou reconhecidas, desde que comunicadas por escrito com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - BANCO DE HORAS (ANEXO I)

Fica instituído para as empresas e colaboradores representados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil de Petrópolis e nas Indústrias da Construção Civil de Petrópolis, o regime de compensação de horas de trabalho, denominado Banco de Horas parágrafos 2º e 3º do art. 59 da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, com redação dada pelo art. 6º da Lei n.º 9.601 de 20/01/98, sob as seguintes condições:

- 01 - A implantação do Banco de Horas só poderá ser efetivada mediante a assinatura pela empresa do TERMO DE ADESÃO HORAS, que constitui parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho, sob forma de anexo;
- 02 - O Termo de Adesão referido na alínea 1, será protocolado pela empresa no Sindicato Patronal, em 2 (duas) vias, e este e Sindicato Laboral, sob protocolo, num prazo máximo de 3 (três) dias úteis;
- 03 - Só será permitida a implantação do Banco de Horas, àquelas empresas que estiverem cumprindo integralmente a prestação de Trabalho;
- 04 - O regime de Banco de Horas deverá ser negociado previamente com os colaboradores e deverá abranger todos os colaboradores ou departamentos da empresa;
- 05 - As horas trabalhadas em prorrogação de jornada para fins de compensação, no regime de Banco de Horas, não se caracterizam como horas extras, não incidindo qualquer adicional, salvo nas hipóteses previstas na alínea 6 e alínea 7;
- 06 - O regime de Banco de Horas poderá ser aplicado, tanto para antecipação de horas de trabalho, com liberação posterior, quanto para reposição posterior;
- 07 - Fica facultado ao colaborador por motivo justificado o requerimento do Banco de Horas, desde que por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, não podendo ultrapassar o limite máximo de 9 (nove) horas semanais, em um período de vigência do Banco de Horas;
- 08 - Em qualquer situação, referida na alínea 5, fica estabelecido que:
O regime de Banco de Horas só poderá ser aplicado para prorrogação de jornada de trabalho de 2ª a 6ª feira, não podendo ultrapassar (dez) horas diárias e 50 (cinquenta) horas semanais;
Quando um dos períodos da jornada de trabalho estendidos pelo Banco de Horas, ultrapassar de 6 (seis) horas trabalhadas, a empresa deverá conceder lanche ou jantar com intervalo de 15 (quinze) minutos;
Nos cálculos de compensação, cada hora trabalhada em prorrogação de jornada de trabalho, será computada como 1 (uma) hora de trabalho. A compensação deverá estar completa no período máximo de 120 (cento e vinte) dias, podendo a partir daí ser negociado no período máximo de 120 (cento e vinte) dias;
No caso de haver crédito ao final período de 120 (cento e vinte) dias, a empresa se obriga a quitar de imediato as horas extras trabalhadas com 50%;
- 09 - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral das horas de trabalho, serão devidas, por verbas rescisórias, ficando certo que, havendo crédito a favor do colaborador, este fará jus ao pagamento das horas devidas, com 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do salário na data da rescisão;
- 10 - Na eventualidade de absoluta necessidade de trabalho no sábado, durante o período de aplicação do Banco de Horas, as horas trabalhadas serão consideradas horas extras e remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), ou deverão, também de comum acordo, ser computadas no Banco de Horas a crédito do colaborador, na base de uma hora e meia para cada hora trabalhada no sábado;
- 11 - No caso de colaborador alojado, na compensação do Banco de Horas, a empresa se obriga a garantir ao mesmo, no período de permanência no alojamento com fornecimento obrigatório de café da manhã e de refeições quando e nas mesmas condições da jornada normal de trabalho;
- 12 - As empresas se obrigam, sempre que solicitadas, a prestar à Câmara de Prevenção e Conciliação de Conflitos, todas as informações que permitam a verificação do fiel cumprimento dos requisitos previstos na legislação e nesta cláusula, bem como submeter à sua apreciação qualquer acordo negociado com seus colaboradores que implique em alteração das condições estabelecidas nesta cláusula, sob pena de nulidade;
- 13 - Caso a Lei 9.601 de 21/01/98 ou Decreto n.º 2.490 de 04/02/98, venha a ser julgado pelo T S T, inconstitucional, perderá o seu efeito.

**FÉRIAS E LICENÇAS
FÉRIAS COLETIVAS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FÉRIAS COLETIVAS**

As empresas que concederem férias coletivas, integrais ou parceladas, a seus colaboradores deverão protocolar acordo com os colaboradores junto ao Sindicato Laboral, documento específico, com relação nominal dos colaboradores, como forma de evitar desconhecimento, por parte de seus colaboradores.

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - AMBIENTAÇÃO DO TRABALHADOR**

As empresas promoverão ambientação do colaborador no primeiro dia de trabalho, quanto ao local, treinamento e instrução para o uso de proteção individual (EPI) engajando-os nos programas desenvolvidos pelas CIPAS e outros programas de prevenção de acidentes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE HIGIENE, CONFORTO E SEGURANÇA

As empresas providenciarão a instalação de refeitórios, alojamentos e sanitários em suas obras na forma estabelecida pela Portaria nº 1.724 de 19/08/98.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE EQ. DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As empresas fornecerão gratuitamente, a todos os seus colaboradores, os equipamentos de proteção individual (EPI) comprometo e conservá-los, observadas por ambas as partes, as disposições legais vigentes, e deles prestarem contas, nos seus afastamentos.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORME DE TRABALHO**

Os uniformes, quando de uso obrigatório ou exigidos pelas empresas, serão fornecidos gratuitamente pelo empregador, no qual caberá a guarda e adequada conservação dos uniformes recebidos das empresas para utilização em serviço, conforme determina a legislação.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CÍPIEIRIS**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CIPA**

As empresas ficam obrigadas a organizar e manter em funcionamento, por estabelecimento ou canteiro de obras, uma comissão de segurança e saúde no trabalho - CIPA, nos moldes da NR - 18 da Portaria No. 3214/78 do Ministério do Trabalho e legislação pertinente.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICIS**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO**

Para efeito do Art. 32 da CLT., as empresas aceitarão atestados subscritos por médico ou dentista do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria, contendo o timbre do sindicato dos trabalhadores, quando o afastamento do colaborador sindicalizado, por doença com duração superior a (dois) dias.

PRIMEIROS SOCORROS**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - PRIMEIROS SOCORROS MÉDICIS**

As empresas se obrigam a manter suas obras equipadas com material necessário a prestação de primeiros socorros médicos.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - TRANSPORTE**

O transporte coletivo, quando fornecido pela empresa, deverá ser em veículo fechado como: ônibus, microônibus, caminhão ou equivalente, conforme legislação.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - APARELHO CELULAR

Por medida de segurança, durante o horário de trabalho, fica vedado o uso de aparelho celular, que poderá ser utilizado apenas em caso de emergência, desde que autorizado pelo superior hierárquico.

RELAÇÕES SINDICAIS**ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS AOS LOCAIS DE TRABALHO**

As empresas facilitarão o acesso dos representantes do Sindicato, devidamente credenciados, nos locais de trabalho, à fim de promover a higiene, segurança e promoção de sindicalização.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - COMPARECIMENTO A CONGRESSOS SINDICAIS**

Serão abonadas as faltas dos colaboradores para comparecimento a Congressos Sindicais, Seminários, Simpósios e Reuniões da Diretoria do Sindicato, 01 (um) por empresa, até 05 (cinco) dias totais por ano.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão abonadas as faltas profissionais dos colaboradores para participar de qualificação e conscientização em segurança e higiene do trabalho, 01 (um) por empresa, até 05 (cinco) dias totais por ano.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - TAXA ASSISTÊNCIAL POR PARTE DOS COLABORADORES ASSOCIADOS**

Em cumprimento de deliberação aprovada por unanimidade em Assembléia Geral do sindicato laboral, fica convencionado que os salários dos colaboradores associados, em folha de pagamento, no mês de julho, uma taxa associativa de 2% (dois por cento) sobre o salário do colaborador associado, POR FUNÇÃO do piso salarial da categoria, pelo que o sindicato laboral lhes proporcionará, direta ou indiretamente, assistência jurídica e trabalhista e recolhendo a importância aos cofres do sindicato dos trabalhadores até o dia 10 de agosto.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÃO ANUAL DOS COLABORADORES CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SINDICAL

As empresas fornecerão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recolhimento das contribuições a entidade sindical profissional mediante recibo, uma relação contendo nomes e números da CTPS, salários e valores da referida contribuição de s desejarem contribuir para entidade sindical, excluídos os pertencentes à categoria profissionais diferenciadas, acompanhada da quitada.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL PATRONAL (ARTº 513, "E", DA CLT)

As empresas representadas pelo o Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Petrópolis - SINDUSCON-PETRÓPOLIS complementar necessária à manutenção das atividades sindicais, proporcional ao capital da empresa vigente na data do veni respectiva junta comercial ou órgão equivalente, mediante a aplicação de tabela aprovada em Assembléia Geral. A contribuiç (três) pagamentos, vencíveis até os dias 10(dez) de cada mês subsequente a DATA DA ASSINATURA da presente Convenção C nos sites dos sindicatos (<https://sindusconpetropolis.com.br/> e <http://simope.org.br/>). O atraso no recolhimento de cada uma d CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL em multa de mora calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia limit 1% (um por cento) ao mês acrescido da taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subs seguintes valores:

- a) Colaboradores Autônomos e Profissionais Liberais e Ceramistas R\$ 400,00;
- b) Empresas (com capital social atualizados em Real na data de primeiro de julho de 1994, estabelecidas e/ou com filiais no Muni
 - b.1) Com capital até R\$ 100.000,00 a CONTRIBUIÇÃO de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais);
 - b.2) Com capital acima de R\$ 100.001,00 até R\$ 250.000,00 a CONTRIBUIÇÃO de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);
 - b.3) Com capital acima de R\$ 250.001,00 até R\$ 500.000,00 a CONTRIBUIÇÃO de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);
 - b.4) Com capital acima de R\$ 500.001,00 até R\$ 1.000.000,00 a CONTRIBUIÇÃO de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);
 - b.5) Com capital acima de R\$ 1.000.001,00 até R\$ 2.000.000,00 a CONTRIBUIÇÃO de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reali
 - b.6) Com capital acima de 2.000.001,00 a CONTRIBUIÇÃO de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).
- c) O inadimplemento acarretará multa de 10% (dez por cento), atualização monetária e juros de lei;
- d) As empresas filiadas ao Sindicato Patronal, terão direito a descontar na Contribuição Assistencial, o valor total da taxa Social M julho de 2021 a junho de 2022;
- e) As empresas não associadas que optarem pagar, o valor de sua CONTRIBUIÇÃO, Em até 12 (doze) parcelas, pass concordando, à associadas do Sindicato, e via de consequência, com até 12 (doze) mensalidades pagas;
- f) As empresas e profissionais, mediante argumentação lógica e comprovada, poderão ter tal obrigação, proporcionalmente adeq de negociação com a diretoria do Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Sindicato Patronal representante legal da categoria, portanto dos sócios e não sócios, empresários e construção civil, para bem cumprir esta obrigação, precisa de meios, daí a necessidade da Contribuição Assistencial Anual, preceitos constitucionais insertos nos artigos 5º,XX e 8º,V de nossa CF, as empresas não sócias têm o direito de se opor à est manifestem por escrito, até 10(dez) dias corridos após a DATA DA ASSINATURA da presente CONVENÇÃO COLETIVA.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - TAXA SOCIAL MENSAL POR PARTE DAS EMPRESAS E PROFISSIONAIS

As Empresas com Capital Social de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Colaboradores Autônomos e Profissionais Liberais e empresas, se obrigam a fazer Contribuições Mensais para o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Petrópolis (PATRONA reais), recolhendo diretamente ao Sindicato até o dia 10 (dez) do mês vencido, ficando desde já estabelecida a multa de 0,33 cento) ao dia por pagamento em atraso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É assegurado a discordância deste pagamento as Empresas, Colaboradores Autônomos e Profissio por escrito e diretamente ao Sindicato Patronal, até 10 (dez) dias após a assinatura da presente convenção;

PARÁGRAFO SEGUNDA: Fica assegurada às Empresas filiadas ao SINDUSCON, ao seu critério, o direito de manter os benefici presente Convenção aos Colaboradores não sindicalizados, sem isso enseje qualquer entendimento com relação a salário in natu

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - TAXA SOCIAL MENSAL POR PARTE DOS COLABORADORES ASSOCIADOS

A taxa associativa será descontada, mensalmente, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do piso salarial vigente, POI constante da cláusula terceira, estipulando-se a função de profissional e recolhendo-as ao sindicato dos trabalhadores até o dia podendo ser paga diretamente no sindicato dos trabalhadores ou através de depósito bancário na conta 103.900-8, agência 0 forma identificada, enviando para o e-mail do sindicato (simope@compuland.com.br) a relação nominal dos respectivos col estabelecida a multa de 10% (dez por cento) por atraso.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - NEGOCIAÇÕES POSTERIORES

Além do canal permanente de negociação e entendimento entre Sindicatos acordantes, durante a vigência deste acordo, fica grupo de trabalho, composto de representantes de cada Sindicato, para estudar e propor à participação dos colaboradores no luc de funcionamento de cooperativas de colaboradores da construção civil.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CADASTRAMENTO SINDICAL

As empresas com sede em outros estados ou municípios que sejam contratadas ou subcontratadas para executar obras de co Petrópolis, quer sejam obras públicas ou privadas, são obrigadas a se cadastrarem junto aos Sindicatos patronal e laboral.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISO

Nas obras com mais de 20 (vinte) colaboradores, as empresas manterão 1 (um) quadro de aviso em local de fácil acesso veiculação de assuntos de interesse da categoria, com prévio conhecimento da empresa.

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

As partes se obrigam a observar, fiel e rigorosamente, cada uma das cláusulas do presente instrumento, por expressar o result elas, consagrada nas Assembléias Gerais dos Sindicatos e fundamentada no seguinte dispositivos legais:

01 - Constituição Federal - Art. 7º, Inciso XXVI;

02 - Arts. 1.025 e 1.026 do Código Civil;

03 - Arts. 611 e seguintes da CLT.

PARAGRAFO ÚNICO: Constatada a inobservância por qualquer das partes da cláusula do presente instrumento, será a equivalente a 1 (um) salário mínimo nacional por colaborador, importância que será revertida em benefício da parte prejudica penalidade aquelas cláusulas para as quais já estiver prevista solução específica.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO OU SENTENÇA NORMATIVA

As empresas que venham a se estabelecer no território alcançado pelos Sindicatos Convenientes desta convenção coletiva, cláusulas nela contida ou da decisão normativa.

LUIZ FERNANDO GOMES

PRESIDENTE

SIND DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE PETROPOLIS

JOSE MARIA RABELO

PRESIDENTE

SIND DOS TRAB NAS IND DA CONSTR E DO MOB DE PETROPOLIS

ANEXOS

ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA DO SIND.TRABALHADORES

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.